

NOTAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE KEYNES À TEORIA ECONÔMICA

Pery Francisco Assis Shikida¹

SINOPSE

Destacar alguns aspectos da contribuição de Keynes à teoria econômica figura como objetivo principal deste trabalho. Neste sentido, é feita uma breve revisão bibliográfica, na qual são corteados pontos da teoria clássica e da concepção keynesiana para, em seguida, serem discutidos os principais entraves que embasaram a aparente derrocada da teoria de Keynes. Como corolário deste trabalho, pode-se destacar o grande mérito de Keynes ao mostrar o princípio da demanda efetiva e a necessidade de um agente regulador da economia, fazendo com que o laissez-faire seja, definitivamente, parte do passado.

Palavras-chave: Keynes, teoria econômica, contribuição teórica.

1 INTRODUÇÃO

Do pós-guerra até aproximadamente 1973, a ideologia keynesiana logrou sucesso nos países de ponta do sistema capitalista. Contudo, nos últimos anos, essas mesmas economias vigorosas e adeptas do keynesianismo viram-se afetadas por uma forte crise econômica, caracterizada sobremaneira por altas taxas inflacionárias, acompanhadas de um baixo crescimento ou próximo a zero.

Diante desse fato, a exaustão do tipo de política proposta por Keynes foi a tônica de muitos debates acadêmicos. Nesse quadro, o monetarismo ganhou força e os novos clássicos surgiram como expoentes do pensamento econômico, dispostos a superarem as adversidades que, teoricamente, teriam comprometido as idéias práticas de Keynes.

Como “a história tem pressa de ser verdadeira” (sic), fatos pontuais, como a relativa estagnação nas principais potências europeias nos anos 80 e a recessão nos Estados Unidos pós-1979, corroboraram a falência de vários pilares dessa contra-revolução keynesiana. Não obstante, as mensagens de alguns desses teóricos

¹ Economista, mestre em Economia Agrária pela Esalq/USP, Professor Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste (Campus de Toledo) e doutorando em Economia Agrária pela Esalq/USP.

continuaram tendo relativa expressão, como é o caso do professor Robert Lucas, recentemente laureado com o Prêmio Nobel de Economia. Por meio da Teoria das Expectativas Racionais, Lucas procurou demonstrar que os agentes econômicos não se iludem com políticas monetária e fiscal, daí a inoperância dos governos na utilização desse instrumental. Para Milton Friedman, “Pai do Monetarismo”, a conjugação de um contínuo desemprego com altas taxas de inflação está ligada à dificuldade de os agentes se adaptarem ao fenômeno da crescente volatilidade da taxa de inflação (FRIEDMAN, apud CAVALCANTI, 1990), não sendo isto corrigido pelo intervencionismo governamental.

Neste trabalho, procurar-se-á destacar alguns aspectos de monta da contribuição de Keynes à teoria econômica. A exposição inicial ressalta, sinteticamente, pontos da teoria clássica e da concepção keynesiana; em seguida, são apresentados os principais entraves que embasaram a aparente derrocada da teoria de Keynes, fazendo-se uma crítica deles. Outrossim, espera-se, com esta revisão bibliográfica, enriquecer o debate sobre o sistema teórico de Keynes, mesmo num tempo de reabilitação de argumentos clássicos como, por exemplo, o da “mão invisível” de Adam Smith.

2 A TEORIA CLÁSSICA E KEYNES

O mundo econômico, sob o ponto de vista dos clássicos, refere-se a um local onde praticamente não existem problemas, com exceção, é claro, de conceitos como o “estado estacionário ricardiano” ou o “dilema populacional malthusiano”². Deixando tais problemas de lado, a macroeconomia funcionaria muito bem dentro da teoria clássica.

Não é concebível, nesse mundo, imaginar que a própria competição possa levar a uma solução de monopólio, com a retirada de ineficientes do mercado, por exemplo. Ademais, nesse modelo, todos possuem total informação, pois não há incerteza. Não há por que preservar a moeda como reserva de valor, haja vista ser este objeto apenas um instrumento de troca. Toda a produção gera sua própria demanda no lado real da economia; afinal, qualquer bem e/ou serviço produzido possui sua contrapartida em salários e lucros. Neste contexto, a teoria clássica não

² O “estado estacionário ricardiano” refere-se ao crescimento populacional em níveis elevados que, por sua vez, força o cultivo de terras em áreas cada vez menos férteis. Desse modo, logo o lucro será tão baixo a ponto de inviabilizar a acumulação de capital (RICARDO, 1982). O princípio do “dilema populacional malthusiano” está no fato de a produção de alimentos crescer em progressão aritmética, enquanto a população tende a crescer em progressão geométrica, o que irá provocar fome e penúria (MALTHUS, 1983).

avança no campo prático apesar da “rebeldia” de MALTHUS (1983) (quicá, o primeiro a falar sobre demanda efetiva, ou seja, a proporção da renda que é gasta em consumo e/ou em investimento).

Ressaltados tais fatos no lado real da economia, resta à taxa de juros a tarefa “secundária” de igualar as quantidades investidas e as poupadas. A dicotomia entre o lado real e o monetário da economia é completa.

Com os problemas advindos da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929, o capitalismo, sob a luz do *laissez-faire*, levou a macroeconomia clássica a um impasse, denotando uma realidade completamente distinta da teoria. Ao invés do pleno-emprego - nível normal de operação da economia, segundo o classicismo - e dos desajustes que teriam correções provenientes de recursos gerados pelo próprio sistema, o desemprego alastrou-se de forma fulminante, não havendo perspectiva alguma de que tal situação tivesse sua “infalível” autocorreção.

Do ponto de vista prático, um dos pontos positivos da revolução keynesiana foi ter dispensado um maior grau de realismo à teoria econômica. KEYNES (1983) buscou manter os dogmas do regime capitalista baseado na diretriz de que tal regime, regulado e sem a “presença” do “leiloeiro walrasiano”, pode mostrar-se coerente com a busca do pleno-emprego e da estabilidade econômica.

Basicamente, a explicação das crises econômicas, para KEYNES (1983), estava na insuficiência da demanda efetiva em relação à utilização normal da capacidade de produção instalada. De acordo com este diagnóstico, procurou-se encontrar, no dirigismo da economia pelo Estado, os alicerces para a superação desse problema.

Para um melhor entendimento da proposta keynesiana, é preciso elucidar alguns aspectos sobre o desenvolvimento do sistema econômico, segundo o próprio autor³. Faz-se isso, inicialmente, denotando o quão incerto é o mundo dos negócios. Mostra KEYNES (1983) que a demanda agregada é resultante da demanda por bens de consumo e da demanda por bens de investimento. O consumo será razoavelmente estável já que depende da renda e, secundariamente, da taxa de juros.

O investimento depende da “eficiência marginal do capital” e da taxa de juros, sendo o primeiro fator definido a partir da expectativa de renda e do preço de oferta corrente do bem de capital. É esta variável, o investimento, de determinação assaz

³ Este estudo procura salientar alguns aspectos de monta da contribuição keynesiana ao pensamento econômico. Cabe citar, no entanto, que existem distintas interpretações sobre as idéias de Keynes. A síntese neoclássica, o keynesianismo desequilibrista, o neo-ricardianismo, e o pós-keynesianismo são algumas das leituras interpretativas de Keynes (LIMA, 1992). Para maiores considerações sobre o assunto, ver LOPES e ROSSETTI (1980) e LIMA (1992).

incerta segundo a concepção teórica keynesiana. Ora, por que o empresário investirá? Ele só o fará mediante a expectativa da existência de uma demanda efetiva para seu bem e/ou serviço. Isso se reflete no cálculo do rendimento esperado dos ativos fixos. E a taxa de juros? Trata-se do “(...) ‘preço’ mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível” (KEYNES, 1983, p. 122).

O ponto importante a ser destacado, aqui, é o fim da dicotomia entre os setores real e monetário da economia. Se há incerteza, a moeda pode ser encarada como reserva de valor. Segundo TRICHES (1992, p. 81), para Keynes “(...) a demanda por moeda é composta de três motivos principais: transacional, precaucional e especulativo.” A taxa de juros não mais “apenas” iguala poupança e investimento, mas também é determinada pela demanda por liquidez e pela oferta de moeda.

Outro ponto substancial da teorização de KEYNES (1983) está no fato de que nada garante que o produto seja o de pleno-emprego. O emprego não é determinado por qualquer “minimização da desutilidade”, mas, sim, pela “(...) propensão a consumir e pelo nível de investimento (...)” (KEYNES; 1983, p. 122).

Pelo lado da oferta agregada, a teoria de formação de preços é de grande valia. A fixação do preço pelo empresário irá depender da condição de requerimento do mercado pelo produto e do processo de fixação da taxa de salário nominal, além do estoque de capital e de tecnologia (KEYNES, 1983).

Dentro do pensamento keynesiano, o funcionamento de uma economia que estiver se reproduzindo em escala ampliada dependerá, basicamente, da acumulação de capital por meio de novos investimentos, isto é, de parte da renda que é poupada. Entretanto, uma acumulação demasiada de capital proporcionará uma menor capacidade efetiva de consumo *vis-a-vis* à renda gerada e à capacidade produtiva instalada. Logo, torna-se clara a importância de uma crescente taxa de investimento dentro da economia. Se isso não ocorrer, a insuficiência da demanda efetiva - resultante da falta de investimentos privados para absorver as poupanças geradas - forçará uma diminuição do ritmo de produção, de emprego e de renda, ocasionando uma ociosidade de parte da capacidade produtiva.

Nesse modelo, os desequilíbrios ocorrem por meio da eficiência marginal do capital. Em outras palavras, uma queda dessa variável praticamente interrompe o ciclo de crescimento, engendrando efeitos já referendados, quais sejam, queda do emprego por conta de um corte na demanda agregada, queda da renda e nova queda da demanda.

Dessa maneira, pode-se aferir, nas idéias de Keynes, um ponto de partida para o rumo de uma análise da dinâmica capitalista menos mecanicista e irrelevante, porquanto, na *teoria geral*, tal autor identificou e elaborou os ingredientes fundamentais para o entendimento da natureza temporal do funcionamento de uma economia capitalista (POSSAS, 1986).

A grande inovação de Keynes foi fazer com que a interferência nos mecanismos de mercado passe a ser necessária uma vez que a economia funcionando apenas orientada pelas forças de mercado mostrou-se bastante instável. Destarte, para o êxito do sistema capitalista, o Estado passa a possuir funções amplas com vistas à consecução e manutenção do pleno-emprego, pela geração de demanda efetiva. Neste sentido, o capitalismo foi, de certa maneira, reabilitado por Keynes. GALBRAITH (1989, p. 212) apresenta o seguinte ponto de vista no que respeita a este item:

Keynes afastou do capitalismo o incubo da depressão e do desemprego - ou pelo menos esta era a sua intenção. E eliminou assim a característica que o sistema não sabia explicar e à qual, segundo Marx, ele não poderia sobreviver. Mas isso foi tudo, ou quase tudo. A Revolução Keynesiana vista assim foi não apenas limitada, mas também intensamente conservadora.

3 OS ENTRAVES À SOLUÇÃO KEYNESIANA

O diagnóstico de KEYNES (1983), de que as crises do sistema capitalista originam-se da insuficiência de investimentos privados, daí a necessidade do ativismo do Estado como um indispensável elemento regulador da economia, foi a filosofia premente de vários governos do pós-guerra. A intervenção estatal contribuiu para assegurar a reativação do investimento privado líquido mediante a recuperação dos níveis de produção e de renda do setor produtivo. A expansão dos gastos e dos investimentos públicos, além da manipulação da taxa de juros - mantida abaixo da eficiência marginal do capital - , tornaram-se instrumentos valiosos para esse tipo de política econômica.

Em razão de suas idéias, Keynes foi muito admirado, a ponto, inclusive, de fazer *followers* pelo mundo. É o que atesta PINHO (1992, p. 51):

Na área da flutuação e do desenvolvimento econômico são geralmente considerados pós-Keynesianos os autores que têm se interessado especialmente pela procura agregada e que contribuem no sentido de tornar dinâmica a análise de Keynes, como Joan Robinson, Harrod, Hicks, Samuelson, Domar, Duesenberry, etc.

A proposta de política econômica desse autor, no entanto, chega aos dias de hoje com sérias ressalvas, ou, numa visão mais radical, com muitas restrições. Formas de intervencionismo estatal, preconizadas pelos que se dizem keynesianos, questionam, de certo modo, a propriedade de os gastos do governo eliminarem os problemas do sistema capitalista. Segundo BARBER (1971, p. 237), “Keynes defendia déficits propositais que inflassem a procura agregada”. CAMPOS (1980) salienta que o processo de fazer inflação, através de gastos do governo apoiados em déficits orçamentários, com vistas à redução do salário real, são fatos incompatíveis com o fenômeno da estagflação. SILVA, (apud KEYNES, 1983), na sua apresentação sobre Keynes e sua teoria geral (extraído da coleção *Os Economistas*), ressalta que nem todo déficit do governo é igualmente saudável. Para HUNT (1984), Keynes, ao abandonar a premissa da automaticidade do mercado em favor de enormes gastos governamentais, propiciou o surgimento de efeitos colaterais tão nocivos quanto a doença original; dentre esses, a criação de uma precária estrutura de endividamento. Por último, POLARI (1984) contesta o keynesianismo com o argumento de que sua política teria limitado alcance, posto que a inflação decorrente de gastos públicos crescentes somente poderá dinamizar a atividade capitalista até determinado momento. Ademais, a inflação, neste caso, não provoca a elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores, ao contrário, concentra a renda cada vez mais.

Chega-se, portanto, a um entrave quanto ao futuro da teoria de Keynes e de suas aplicações práticas. Contudo, TOBIN (1986, p. 247) assevera, categoricamente, que “(...) a economia keynesiana tem futuro por ser essencial à explicação e compreensão de um conjunto de observações e experiências, passadas e presentes, que as abordagens macroeconômicas alternativas não explicam.”

Não se pode negar que é preciso *atualizar* a aplicação prática da teoria geral. Do mesmo modo, deve ser lembrado que as políticas do pleno-emprego e do redirecionamento dos investimentos continuam sendo implementadas em muitos regimes capitalistas e também socialistas - ainda que em tempos de inflação sem crescimento econômico. Indubitavelmente, o papel mais ativo da política fiscal, amiúde usada por vários governos, denota uma relativa aceitação da obra de Keynes.

Keynes, apesar das numerosas críticas recebidas, enobreceu a macroeconomia com três contribuições de valia: a explicação sobre a incapacidade do mercado de gerar demanda efetiva e sua relação com a resistência à queda do salário nominal; a relação entre a taxa de juros e a procura de moeda; e a função consumo⁴. Além

⁴ Sobre esse aspecto, ver SIMONSEN e CYSNE (1989).

disso, Keynes, ao ressaltar a incerteza do mercado como um fato verdadeiro *per se*, questionou um dos “pilares” ideológicos de toda a corrente clássica, desde a “mão invisível” de Adam Smith até Lucas. Conquanto os agentes econômicos mantenham “expectativas racionais” (com base em informações disponíveis), antecipando-se e interpretando as intenções do governo de modo a obterem benefícios próprios, nenhuma política macroeconômica teria efeito, segundo a concepção de Lucas, que logicamente é oposta à de Keynes. Para SILVA (apud, KEYNES, 1983, p. XXII e XXIV - apresentação):

O ativismo do Estado é um complemento indispensável ao funcionamento dos mercados para se obter o máximo nível de emprego possível e, portanto, maximizar o nível de bem-estar da coletividade. (...) Entretanto, manter em mente os ensinamentos básicos de Keynes não nos dá a garantia de que sejamos capazes de encontrar soluções para a crise de nossos dias. Dá-nos, no entanto, a segurança para rejeitar propostas velhas, travestidas de nova roupagem, a exemplo dos modelos macroeconômicos chamados de “expectativas racionais”.

Para POSSAS (1986, p. 305):

Não há, portanto, comportamento cauteloso ou expectativas “adaptativas” (menos ainda “racionais”) que estabilize o investimento -no sentido de seu potencial de instabilidade não necessariamente de sua trajetória temporal observável -, uma vez que a instabilidade das expectativas em que se baseia é tão inexorável quanto a incerteza do futuro econômico capitalista.

Nesse contexto, o que deve ficar claro é que a política de intervencionismo estatal de Keynes é específica para cada situação, ou seja, em épocas de recessão, o *ideal* seria o aumento do déficit público e, em épocas de ameaça de inflação, o prescrito seria a geração de superávits⁵. Frisa-se, contudo, que esse déficit público deve ser orientado de tal forma que o mercado possa absorver a produção decorrente dessa política, possibilitando o retorno do investimento privado. Às vezes, dependendo do caso, torna-se necessário não expandir o dispêndio público, mas sim realocá-lo. A escolha e o momento oportuno dessas decisões continuam sendo o “calcanhar de Aquiles” da teoria keynesiana que, dentre muitos *prós e contras*, não é, definitivamente, um ponto final à teoria econômica.

⁵ Apesar da Teoria Geral de Keynes não mencionar soluções para a questão inflacionária, é considerada coerente a explicação acima. Maiores detalhes a respeito, ver SIMONSEN (1986) e SIMONSEN e CYSNE (1989).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento econômico atual demanda soluções que estão, muito provavelmente, além das mensagens contidas na *teoria geral*. Todavia, com os gastos públicos pôde o capitalismo conviver com suas contradições. Além disso, o fato de os críticos do keynesianismo levantarem a idéia de que nem todo déficit governamental é, de fato, saudável, reflete a aceitação, pelo menos parcial, dessa concepção.

De fato, não se pode negar que grande parte das idéias de Keynes foram assimiladas por muitos economistas e políticos, os quais acreditaram piamente na reabilitação e/ou manutenção do capitalismo, em face, sobretudo, da implementação de políticas fiscais. Ou seja, nessa concepção, o capitalismo pode ser salvo desde que o Estado use corretamente seu poder de tributar, de tomar emprestado e de gastar dinheiro (HUNT, 1984).

Não obstante, dois contrapontos à formulação clássica merecem destaque: primeiro, o interesse de Keynes por flutuações econômicas de curto prazo mostrou o quanto é equivocada a preocupação clássica com o longo-prazo, no qual, segundo Keynes, “todos estaremos mortos” (sic); segundo, ao criticar as condições de *laissez-faire* da economia, Keynes destacou a insuficiência da demanda efetiva em relação à utilização normal da capacidade instalada, como a explicação para as instabilidades do sistema capitalista. Nessa linha, um dos méritos de Keynes foi o de elucidar o princípio da demanda efetiva e a necessidade de um agente regulador da economia, fundamentais para a solução de problemas do sistema capitalista.

Em suma, pode-se concluir que a economia é uma ciência dinâmica, que evolui no tempo e com o tempo, o que implica uma *colaboração* crescente das diversas teorias, muitas vezes mutuamente excludentes. Ademais, embora argumentos favoráveis e contrários a Keynes tenham sido realçados ao longo deste trabalho, o fato é que Keynes trouxe uma preciosa contribuição à ciência econômica a ponto de suas idéias constituírem um novo elo da teoria econômica, qual seja, a macroeconomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBER, W. J. (1971). Uma história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Zahar.
- CAMPOS, L. (1980). A crise da ideologia keynesiana. Rio de Janeiro: Campus.
- CAVALCANTI, R. de O. (1990). Inflação, estagnação e incerteza: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: BNDES.

- GALBRAITH, J. K. (1989). O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica. São Paulo: Pioneira/EDUSP.
- HUNT, E. K. (1984). História do pensamento econômico. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus.
- KEYNES, J. M. (1983). Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro; inflação e deflação. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas).
- LIMA, G. T. (1992). Em busca do tempo perdido: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes. Rio de Janeiro: BNDES.
- LOPES, J. do C. e ROSSETTI, J. P. (1980). Moeda e bancos. São Paulo: Atlas.
- MALTHUS, T. R. (1983). Princípios de economia política: e consideração sobre sua aplicação prática; ensaio sobre a população. São Paulo: Abril Cultural.
- PINHO, D. B. (1992). Evolução da ciência econômica. In: PINHO, D. B. e VASCONCELLOS, M. A. S. de, orgs. Manual de Economia. 2 ed. São Paulo: Saraiva.
- POLARI, R. (1984). Keynes, Marx e as crises. Revista de Economia Política. São Paulo, v.4, n.2, p. 87-110, abr./jun.
- POSSAS, M. L. (1986). Para uma releitura da Teoria Geral. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro: IPEA, v.16, n.2, p. 295-308, ago.
- RICARDO, D. (1982). Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Abril Cultural.
- SIMONSEN, M. H. (1996). Keynes versus expectativas racionais. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro: IPEA, v.16, n.2, p. 251-262, ago.
- SIMONSEN, M. H. e CYSNE, R. P. (1989). Macroeconomia. Rio de Janeiro: Livro Técnico S.A.
- TOBIN, J. (1986). O futuro da economia keynesiana. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro: IPEA, v.16, n.2, p. 237-250, ago.
- TRICHES, D. (1992). Demanda por moeda no Brasil e a causalidade entre as variáveis monetárias e a taxa de inflação: 1972/87. Rio de Janeiro: BNDES.

ABSTRACT

NOTES OF KEYNES' CONTRIBUTION TO ECONOMIC THEORY

The main purpose of this paper is to analyse some aspects of Keynes' contribution to economic theory. In so doing, it is made a brief bibliographical review where the elements of the classic and keynesian theories are compared in order to discuss the issues that contributed to the apparent downfall of the keynesian theory. As a corolary of the paper, Keynes' meritorious work of showing the effective demand principle and the necessity of a regulatory agent for the economy, making the theory of laissez-faire going out of use, definitely, is emphasized.

Key-words: Keynes, economic theory, theoretical contribution.

RESUMEN

NOTAS DE LA CONTRIBUCIÓN DE KEYNES A LA TEORÍA ECONÓMICA

El objetivo principal de este trabajo es destacar algunos aspectos de la contribución de Keynes a la Teoría Económica. En este sentido, se elabora una breve revisión bibliográfica, en la cual son cotejados los puntos de la teoría clásica y de la concepción keynesiana para discutir las principales dificultades que conformaban la derrocada teoría de Keynes. Como corolario de este trabajo, se puede destacar el gran mérito de Keynes al mostrar el principio de la demanda efectiva y la necesidad de un agente regulador de la economía, haciendo con que el laissez-faire sea, definitivamente, parte del pasado.

Palavras-clave: Keynes, teoría económica, contribución teórica.